



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

1 No dia 31 de maio de 2023 às 14h, o Conselho da Cidade do Recife, no Auditório do
2 Museu da Cidade do Recife – Forte das Cinco Pontas, s/n, Bairro de São José
3 (presencial) e através da plataforma Google Meet (online), se reuniu para realizar a
4 20ª Reunião Ordinária. Com o quórum devidamente formado e com a presença de 35
5 conselheiros entre titulares e suplentes, participando de forma presencial e online,
6 cujos conselheiros estão relacionados no final desta ata, deu-se início a reunião.
7 Primeiramente o Presidente Carlos Muniz (Poder Público) deu posse aos novos
8 membros do Conselho da Cidade do Recife: **Andrea de Medeiros Jar**, membro
9 suplente, representante da Secretaria de Política Urbana e Licenciamento; **Luzia**
10 **Silmira Meira**, membro suplente, representante da Secretaria Executiva de
11 Licenciamento; **Ermes Ferreira Costa Neto**, membro titular, e **Felipe Curi Pereira da**
12 **Silva**, membro suplente, representantes da Secretaria de Habitação; **Oscar Paes**
13 **Barreto Neto**, membro titular, e **Jefferson Rodrigues Maciel**, membro suplente,
14 representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade; **Tomé de Barros**
15 **Monteiro de Franca**, membro titular, e **Simone Silva Osias**, membro suplente,
16 representantes da Secretaria de Saneamento; **Auxiliadora Maria Pires Siqueira da**
17 **Cunha**, membro titular, e **Camila Cláudia Alves de Barros**, membro suplente,
18 representantes da Secretaria de Governo e Participação Social; **Antônio Henrique**
19 **Cavalcanti de Oliveira**, membro titular, e **Mirella Falcão Santos de Melo**, membro
20 suplente, representantes da CTTU. Em seguida, apresentou a pauta para tratar dos
21 seguintes assuntos: 1. Aprovação da ata da reunião anterior; 2. Apresentação do relatório da
22 Câmara Técnica de Saneamento sobre o Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas
23 Pluviais e apreciação do decreto de regulamentação do Plano; 3. Apresentação da minuta de
24 resolução sobre pedido de vistas no âmbito do Conselho; 4. Encaminhamentos; 5. Informes
25 gerais. Assim, Carlos Muniz (Poder Público) iniciou a composição da mesa convidando o
26 conselheiro José Fernandes (Poder Público), Antônio Valdo de Alencar (EMLURB),
27 Pedro Oliveira (EMLURB) e o Professor Ronald Vasconcelos. A reunião prosseguiu
28 com aprovação da ata da 19ª Reunião Ordinária e o presidente questionou se alguém
29 pretendia se manifestar a respeito. Como não houve nenhum pronunciamento, foi
30 decretada como aprovada a ata supracitada. Passou a palavra para José Fernandes
31 (Poder Público), que apresentou o relatório do que foi abordado nas Câmaras
32 Técnicas do Conselho da Cidade. Cumprimentou todos (as) os presentes, expressou



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

33 satisfação em participar de mais uma reunião do Conselho e estar trazendo para
34 debate um tema tão importante para a cidade. Explicou que o relatório da câmara
35 técnica se compõe de uma síntese do que é o Plano Municipal de Drenagem e
36 Manejo de Águas Pluviais, o conjunto do estudo que foi elaborado para dar subsídio à
37 elaboração do plano, o processo de debate que se deu sobre esse conteúdo na
38 câmara técnica de saneamento, a relação que o plano de drenagem teve com o
39 próprio processo de revisão do Plano Diretor e as recomendações que a câmara
40 técnica trouxe a respeito do tema, inclusive apresentando uma minuta de proposta
41 para sua regulamentação. Iniciou sua exposição informando que o Plano Municipal
42 de Drenagem se origina do Plano Diretor de 2008, cujos títulos trazem o conjunto das
43 diretrizes de políticas setoriais e sua integração. Na ocasião, comentou, haviam 3
44 grupos de políticas setoriais: política de desenvolvimento econômico, políticas sociais
45 e o conjunto de políticas ambientais urbanas. Dentro deste último grupo, havia a
46 política setorial de saneamento ambiental, que por sua vez era composta por 5
47 subgrupos, os componentes de abastecimento de água, esgotamento sanitário,
48 drenagem e manejo de águas pluviais, manejo de resíduos sólidos e o controle de
49 vetores de transmissão. O próprio Plano Diretor, acrescenta, também trazia
50 recomendações acerca do conteúdo que o plano de saneamento ambiental integrado
51 deveria apresentar, o diagnóstico dos sistemas de abastecimento de água, de
52 esgotamento sanitário, de coleta e destinação de resíduos sólidos, o componente de
53 drenagem e manejo das águas pluviais e controle de vetores, as metas e diretrizes
54 gerais da política de Saneamento Ambiental com base na integração dos 5
55 componentes já citados que o compõem, o programa de investimentos em obras,
56 ações de Educação Ambiental e outras medidas, e a definição dos recursos
57 financeiros, humanos, materiais e tecnológicos necessários para a execução dos
58 objetivos. Fala que no âmbito do Governo Federal em 2007, com o Ministério das
59 Cidades, foi publicada uma Lei Federal que estabeleceu as diretrizes do saneamento
60 básico e as orientações para os municípios procederem a elaboração de seus planos
61 de saneamento, com a publicação de cadernos de orientação, e assim os municípios
62 puderem ter acesso aos recursos dos programas federais destinados a essa área.
63 Pontua que o Recife fez sua parte publicando em 2015 a Lei que estabelece a
64 Política Municipal de Saneamento Básico, definindo os componentes do sistema de

Elcio



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

65 saneamento municipal e ainda tratando de direitos e deveres dos usuários, da
66 prestação de serviços, da fiscalização de infração, das penalidades e procedimentos,
67 e trazendo os elementos de subsídio para a elaboração do Plano Municipal de
68 Saneamento Básico, que tinha que se destinar a promover a saúde, qualidade de
69 vida, do meio ambiente, organizar a gestão e estabelecer as condições para a
70 prestação dos serviços públicos de saneamento básico e sua universalização. A partir
71 das diretrizes postas na Lei de Saneamento, acrescenta, foi elaborado e aprovado o
72 Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), que passou por análise na Câmara
73 Técnica de saneamento, posteriormente apreciado e votado pelo Conselho da
74 Cidade. Observa que a política e o plano já traziam diretrizes e metas para os 4
75 componentes principais do saneamento básico, bem como a previsão de que o
76 componente da drenagem e manejo de águas pluviais fosse detalhado num plano
77 específico, assim como resíduos sólidos fosse um estudo à parte, complementado
78 com um plano específico. O plano de 2008 trazia ainda, prossegue, num componente
79 específico de drenagem e manejo de águas pluviais, a definição que o serviço público
80 de drenagem urbana objetiva o gerenciamento da rede hídrica do território municipal,
81 visando o equilíbrio sistêmico de absorção, retenção e escoamento das águas
82 pluviais, fala que o Recife poderia formar consórcios públicos visando a realização
83 conjunta de ações relativas à drenagem, e o plano setorial de macrodrenagem, que
84 iriam indicar as intervenções estruturais necessárias, as medidas de controle e
85 monitoramento, critérios para o uso do solo compatíveis com os serviços de
86 drenagem, considerando as bacias hidrográficas de Recife e dos municípios
87 limítrofes, e ainda considerar como prioritárias intervenções que visassem minimizar
88 efeitos do aquecimento global e elevação do nível dos oceanos. De posse de todas
89 as orientações que o plano trazia, informa que a EMLURB contratou a elaboração de
90 estudos para o plano de drenagem e manejo de águas pluviais, estando presente o
91 professor Ronald da consultoria que foi contratada para produzir esse conjunto de
92 estudos, dos quais foram selecionados os 4 primeiros materiais mais relativos à parte
93 de diagnóstico do sistema de drenagem, caracterização das áreas de influência, o
94 relatório ambiental preliminar e todo um levantamento georreferenciado do que se
95 tinha do sistema de macrodrenagem e microdrenagem, estudos estes que já estão à
96 disposição da gestão e são utilizados em diversos aspectos, da gestão pública da



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

97 drenagem e demais estudos relativos ao território. Frisou que os 4 conjuntos de
98 documentos mais propositivos selecionados foram os relatórios de concepção, de
99 consolidação do plano, o manual de drenagem, que traz um conjunto de técnicas
100 para realização de serviços de drenagem pelo município e um subproduto muito
101 importante que é uma proposta de intervenção urbana para margens de rios e
102 riachos. Comentou que cada um desses conjuntos de estudos possui um volume de
103 200 ou mais páginas, pontuando que todos os produtos foram analisados e levados
104 para debate na câmara técnica de saneamento, motivando a realização do relatório
105 que está sendo apresentado na corrente reunião, e a minuta de decreto de
106 regulamentação do plano, trazendo à corrente etapa de apreciação do Conselho da
107 Cidade. Destacou que o importante debate que se deu na Câmara Técnica com o
108 conteúdo do Plano de Drenagem ocorreu em paralelo às discussões correntes na
109 cidade em relação à revisão do Plano Diretor, acrescentando que ambos os debates
110 se retroalimentam. Observou, nos documentos que gerados pelo produto 5, relatório
111 de concepção que sintetiza a maior parte do conteúdo propositivo do PMDR, as
112 medidas de controle, diretrizes para projetos, intervenções, o próprio sistema de
113 gestão de drenagem municipal, pré-dimensionamento, estudo de viabilidade
114 econômica, indicação das soluções mais viáveis considerando as particularidades de
115 cada território onde os problemas foram identificados, a proposta técnica para a
116 melhoria da qualidade de água e a restauração paisagística de corpos e cursos
117 d'água. Pontua que este último item foi melhor detalhado num subproduto da
118 proposta de intervenção urbana para margens de rios e riachos, um documento que
119 traz diretrizes para tratamento urbanístico e ambiental das margens dos principais
120 cursos d'água da cidade dentro de uma visão moderna de convivência urbana com as
121 águas em seu território, usando tanto para a melhoria das condições de escoamento
122 das águas, como também aspectos de redesenho urbano para a sua integração e de
123 seu entorno, verificando quais são as populações mais vulneráveis à variação das
124 águas e utilizando isso como elemento para fazer conexões viárias, priorizando a
125 implantação de elementos de mobilidade ativa como ciclovias e vias de pedestre. No
126 aspecto de convivência com as águas, comentou que existem exemplos de
127 implantações desse tipo de relação, citando a fundação do Parque Capibaribe.
128 Coloca como outro aspecto bastante debatido a partir do plano a faixa de

Elói



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

129 conservação e drenagem como elemento importante para reforçar as condições de
130 drenagem dos cursos d'água e demarcou que não houvesse uma sobreposição com
131 outros elementos que estão postos em outras legislações em nível federal, estadual e
132 municipal encontrando o espaço da faixa para não sobrepor, mas sim se articular em
133 mais elementos de legislação existentes. Comentou que, a partir dos estudos
134 hidráulicos que foram feitos de subsídio ao plano, as áreas identificadas como mais
135 vulneráveis a alagamentos na cidade tiveram muita importância no redesenho do
136 macrozoneamento, sendo trazido para o Plano Diretor. Com isso, algumas áreas do
137 macrozoneamento de 2018 foram ampliadas em 2021, tendo outras áreas
138 incorporadas na macrozona do ambiente natural e cultural, incluindo a hidrografia
139 secundária nas áreas de suscetibilidade a maior risco de inundação. Frisou que esse
140 conceito era um dos eixos do Plano Diretor, batizado de "Recife Cidade-Parque", de
141 potencializar o tratamento das áreas de preservação da cidade, tanto do ponto de
142 vista ambiental quanto cultural e próximas às áreas históricas dos rios, a importância
143 de reconquistar a relação urbana com as suas frentes d'água, e nesse sentido
144 melhorar as condições de resiliência frente às mudanças climáticas, usando a malha
145 hídrica com a inclusão desses parques lineares ao longo dos rios como espaço para
146 ter estímulos de mobilidade ativa como a ampliação de calçadas, ciclovias e
147 ciclofaixas. O conjunto de estudos também trazia uma minuta de regulamentação do
148 plano, a importância de ter uma peça jurídica que desse força legal ao conjunto das
149 proposições, destacando que a câmara técnica se debruçou sobre essa minuta,
150 revisando-a e adaptando alguns aspectos que o novo Plano Diretor trazia.
151 Apresentou um pouco do processo histórico do debate, lembrando que foi realizada
152 audiência pública sobre o plano em 2014, uma apresentação na plenária do Conselho
153 da Cidade em 2016, onde foi remetido para aprofundamento do tema à Câmara
154 Técnica de Saneamento, e a partir daí houve um grande conjunto de reuniões
155 relativas ao tema anteriormente citado, sendo a primeira delas em 2017 quando foi
156 apresentado o conteúdo do plano na reunião da CT, e todo o conjunto de volumes foi
157 disponibilizado no site do conselho para conhecimento de todos os conselheiros. Ao
158 longo desse processo, falou que vários representantes de secretarias e de
159 segmentos estiveram presentes na Câmara Técnica colaborando. Direcionou
160 agradecimentos aos mesmos, assim como aos demais que participaram e ajudaram



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

161 nesse processo de construção do relatório. No momento em que o Plano de
162 Saneamento teve que ser colocado em pauta, sendo aprovado antes que fosse dada
163 continuidade à leitura do Plano de Drenagem, houve uma reunião em conjunto com a
164 Câmara Técnica de Saneamento do Conselho da Cidade com a Câmara Técnica de
165 Saneamento Ambiental do Conselho de Meio Ambiente, também analisando essa
166 temática. Falou que o professor Jaime Cabral trouxe uma apresentação importante
167 sobre a revitalização de riachos e restauração do ciclo hidrológico urbano, e também
168 uma apresentação da equipe de meio ambiente que, na época, estavam sendo feitos
169 para a elaboração do Plano Local de Ação Climática, estabelecendo a relação do
170 plano de drenagem com os impactos dos fenômenos climáticos sobre a cidade. No
171 início de 2019 foi aprovada a primeira versão do relatório da minuta, mas na ocasião
172 o Plano Diretor já havia sido encaminhado para a câmara, e ficou-se aguardando a
173 sua apreciação e votação na Câmara de Vereadores. Nesse momento, foi feita uma
174 atualização do relatório da minuta considerando o Plano Diretor aprovado,
175 contemplando a composição que a Câmara Técnica tinha na ocasião. Esclarece que
176 todos os documentos produzidos nesse processo histórico de debate encontram-se
177 disponíveis na página do Conselho da Cidade. Para finalizar, apresenta as
178 recomendações da Câmara Técnica sobre o plano, com a publicação dele via
179 decreto, uma vez que já existe marco legal preenchido pelo próprio Plano Diretor e
180 pela Lei de Saneamento Básico do município, assim como próprio Plano Municipal de
181 Saneamento foi aprovado via decreto, e o plano de habitação local de interesse social
182 também, sabendo que o decreto é matéria de Lei e o plano é matéria de ação.
183 Informou que existe a previsão de publicação de diversos volumes dos estudos como
184 anexos à minuta. O conjunto que o Plano Diretor previa, acrescenta, para que fosse
185 conteúdo do Plano de Drenagem está contemplado em vários volumes dos estudos
186 que foram citados, a exemplo do de saneamento e do de habitação de interesse
187 social. Explicita a sugestão de que seja feita uma publicação síntese, em linguagem
188 acessível a toda população, na perspectiva da sensibilização e da educação
189 ambiental quanto às questões de drenagem. Explicou que o decreto possui vários
190 capítulos, com princípios preliminares, objetivos gerais e diretrizes, aspectos do
191 sistema de infraestrutura de drenagem, divisão do território para efeito da drenagem
192 nas suas diversas bacias, áreas passíveis de utilização pela infraestrutura de



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

193 drenagem, ações de implantação, controle e manutenção do sistema, diretrizes para
194 projetos de drenagem, condições de drenagem nos lotes que o senhor Antônio
195 apresentará posteriormente, política de educação socioambiental, gestão do sistema,
196 infração, penalidade e apuração, disposições finais e transitórias. Por fim, frisou que o
197 Plano Diretor atual já publicado em 2021, apresenta no artigo 167, inciso 50, “adotar
198 o Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais como orientador das
199 ações de gestão de sistema”. Falou sobre a importância de as políticas setoriais
200 serem integradas para dar sinergia ao conjunto de ações previstas, e com a
201 publicação do decreto do Plano de Drenagem a política de educação ambiental é
202 reforçada, destacando a importante relação que ela tem com o plano local de ação
203 climática no sentido de ter um instrumento para dar mais força ao enfrentamento dos
204 problemas que são encarados diante da vulnerabilidade às chuvas. Assim, **José**
205 **Fernandes (Poder Público)** encerrou sua fala e passou a palavra para o engenheiro
206 **Antônio Valdo (EMLURB)**, que iniciou sua exposição falando sobre colocar a minuta
207 do decreto sob a responsabilidade de todos os conselheiros, frisando que é um
208 momento muito importante para a cidade, pois anteriormente não haviam estudos
209 suficientes nem regulamentação para subsidiar uma prática efetiva. Pontuou que as
210 ações se dão em decorrência do Plano Diretor. Apresentou para o público uma
211 imagem que demonstra visualmente o ambiente Plano de Drenagem, demonstrando
212 que ele não se desassocia do planejamento da cidade e envolve a ação ambiental,
213 interfere no planejamento viário, na defesa civil e está correlacionado desde o
214 tratamento e coleta de esgoto como também a limpeza urbana, o monitoramento não
215 só hidrológico, mas das mudanças climáticas e sobretudo o controle urbano. Indicou
216 que o Plano Diretor traz a perspectiva de tornar o planejamento urbano da cidade
217 dentro de uma centralidade de planejamento, frisando que não se pode pensar em
218 ocupação urbana sem pensar em drenagem, assim como não se pode pensar em 
219 saneamento sem pensar em drenagem, pois isso impacta na vida das pessoas
220 enquanto cidadãos e impacta na economia e em toda a complexidade da gestão de
221 uma cidade. Pontuou que, a partir dos estudos desenvolvidos, a gestão municipal
222 passou a adotar e aplicar os princípios norteadores do plano, e que se trata de uma
223 iniciativa individual de um governo que resolveu implantar, pois não só promoveu os
224 estudos, como também começa a implantar o Plano Diretor. Com a regulamentação,





Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

225 observa, os prefeitos dos governos futuros terão que seguir os princípios norteadores
226 de um planejamento voltado para a centralidade da drenagem urbana. Comentou que
227 todos os estudos desenvolvidos pela ABF sob a coordenação do professor Ronald
228 Vasconcelos e Márcio não foram apenas no aspecto da engenharia, mas buscaram
229 principalmente o aspecto social, que representa um desafio ainda maior. Comentou
230 que há toda uma cadeia de técnicos responsáveis que buscaram essa compreensão
231 e quem quiser ou tiver oportunidade irá identificar essa preocupação norteadora e
232 transcrita nos documentos. Indica que o plano complementa a Política de Gestão
233 Ambiental da cidade e a Lei de Saneamento, destacando que o Plano de
234 Saneamento engloba abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana
235 e drenagem urbana, e de todos eles, ainda falta regulamentar o Plano de Drenagem.
236 Frisou que todos os presentes na reunião corrente estão com a oportunidade de
237 referendar esse documento. Reafirmou que os planejamentos e projetos deverão se
238 basear nos aspectos ambiental, econômico e social, e que a solução é uma
239 conjunção desses 3 componentes. Falou sobre a necessidade de propiciar a cidade
240 de um escoamento regular das águas pluviais, a prevenção de inundações,
241 segurança imobiliária, patrimonial e sanitária, garantindo a conservação do meio
242 ambiente. Informa que dentro dessa temática o plano está bem definido e com duas
243 componentes, medidas estruturais imprescindíveis, para equacionar a questão da
244 drenagem urbana da cidade como as obras e intervenções na estrutura, mas também
245 as não estruturais que tem enorme importância, como a questão das legislações
246 submetidas aos senhores e senhoras presentes para dar anuência, a fiscalização, o
247 controle urbano que é indispensável nisso e também o programa de educação
248 ambiental. Destacou que uma boa drenagem não é aquela que escoar rápido como se
249 pensava no passado, e sim a que não impacta no meio ambiente. Apresentou um
250 resultado desse conceito, comentando que quando estavam trabalhando no plano, a
251 Prefeitura constituiu uma equipe para estudar os parques de drenagem do rio
252 Capibaribe, e que com ele já começa a ser realidade. Citou o Jardim do Baobá e a
253 possibilidade de construção de mais parques com alternativa de sustentabilidade.
254 Mencionou o Parque das Graças, cuja primeira etapa já está se concretizando,
255 comentando a aparição de capivaras como aspecto positivo em decorrência dessa
256 instalação, como resultado concreto. Pontuou que o plano não se resume aos



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

257 parques lineares do Capibaribe, mas já estão simulados, identificados e modulados
258 todos os conceitos e parâmetros que devem ser, e que isso foi resultado dos estudos
259 realizados feitos pela ABF que identificam as bacias do rio Tejipió, rio Jiquiá, rio
260 Beberibe, rio Morno, Camaragibe, braço morto do Capibaribe, além do riacho do Sítio
261 dos Pintos, riacho Dondó e rio Moxotó, e será considerado que cada um possui uma
262 peculiaridade diferente, e terão áreas de lazer de acordo com elas. Acrescentou que
263 a ideia trata de construir a calha seca que no tempo de chuva naturalmente seriam
264 ocupadas pelas águas, e no tempo de seca poder ser usada pelos cidadãos como
265 área de lazer e de convivência. Dentro disso, o Parque Linear do Tejipió já foi iniciado
266 em Areias (apresenta visualmente na reunião), informando que no período de chuvas
267 em maio do ano corrente percebeu-se que as casas expostas na imagem
268 provavelmente estariam com um metro de água, mas a água está na área que foi
269 reservada para o parque linear, sendo um fato concreto que já está em curso, desde
270 o projeto que está sendo concebido e os recursos, que estão sendo garantidos.
271 Dentro dessa política, coloca que era sabido que havia necessidade dos agentes
272 privados e públicos contribuírem com ações preventivas, porque não adianta a
273 construção de parques lineares se a ocupação urbana, ao se desenvolver na
274 naturalidade da cidade, torná-los obsoletos por não haver como evitar que a
275 ocorrência de novos impactos venha a comprometê-los. Comentou que em 2015,
276 antecipando o resultado dos estudos desenvolvidos na ocasião, foi proposta a Lei
277 18.112, batizada de “Lei de Teto Verde”, incluindo os relatórios de amortização digital
278 de acúmulo, que na prática, representa que nenhum empreendimento novo, em que
279 seu terreno seja maior do que 500m², seja obrigado a amortecer as suas águas
280 dentro do próprio lote, só lançando no sistema público de acordo com a capacidade
281 estipulada do sistema. Refletiu que isso traz um benefício enorme e também uma
282 satisfação para o empreendedor, de que o seu empreendimento não seja
283 responsável por contribuir com situações de alagamento. Informou que a prefeitura já
284 havia feito de forma piloto o tanque da Santo Elias, onde foram realizadas reuniões
285 com os moradores, que expressaram receio que a construção se tornasse uma fonte
286 de vetores de insetos, e foi comprovado que não era verdade, comparando a Santo
287 Elias de ontem e de hoje. Explicou que a Santo Elias passou a ter problemas de
288 drenagem à medida que o bairro do Espinheiro, outrora área urbana de grandes



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

289 casarões e terrenos com áreas permeáveis, foi sendo ocupada por grandes edifícios
290 com muitas moradias e áreas muito mais impermeabilizadas, e os sistemas por sua
291 vez não deram mais conta, reforçando com isso a importância dos reservatórios. De
292 2015 até hoje já foram aprovados, a grande maioria construídos e outros ainda em
293 construção, totalizando 366 tanques, o que representa uma retenção de água nos
294 lotes equivalente a 14.062 m², refletindo que se no passado a prefeitura houvesse
295 implementado isso, certamente os impactos que existem hoje na drenagem não
296 existiriam. Exemplifica com isso a importância do plano e da execução da Lei.
297 Encerra sua apresentação falando que está muito esperançoso que na avaliação dos
298 presentes se chegue à conclusão de que a minuta do decreto esteja em ordem e seja
299 dada anuência para que o prefeito possa tornar o projeto, o Plano Municipal de
300 Drenagem e Manejo das Águas Pluviais regulamentado, frisando que é preciso que
301 além de uma política de governo, ele se torne uma política de estado, de cidade.
302 Antônio Valdo (EMLURB) agradece a participação. O presidente **Carlos Muniz**
303 **(Poder Público)** pergunta se alguém tem algum questionamento a fazer. A
304 professora **Danielle Rocha (UFPE)**, que participa de forma remota, parabeniza a
305 Prefeitura pelo processo de adoção que já é anterior ao Plano Diretor e paralelo à
306 elaboração do “Recife 500 anos”, falando que foi lançado um volume de um texto
307 com imagens, mapas e informações sobre o projeto e processo de implantação do
308 Parque Capibaribe, feito em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco.
309 Diz que a mudança de paradigma é importante, inclusive com a mudança sobre a
310 impermeabilização do solo por vias públicas que estão sendo trocadas pela
311 implantação desses parques. Observou que isso se trata de uma demanda da
312 população, a exemplo das Graças, onde o sistema viário que seria mais uma beira
313 rio, a população pediu para que fosse mudado o sistema viário e fosse implantado um
314 parque num outro paradigma de utilização do rio, não apenas para valorização do
315 automóvel, como também para espaço público. Colocou como questionamento,
316 expressando sua preocupação, o fato de que no que foi apresentado não haver o
317 protagonismo das áreas pobres que estão à beira do Capibaribe. Acrescentou que a
318 implantação do Plano de Drenagem é muito bem-vinda, admitindo o aumento dos
319 parâmetros urbanísticos no sentido de ter um solo natural e o retorno a uma cidade
320 mais arborizada dentro dos quintais dos prédios e das áreas públicas, mas pondera



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

321 sobre a remoção das famílias para dar margem aos parques, citando o processo de
322 desapropriação que vem sendo bastante conflituoso na Vila Esperança. Também
323 expressou preocupação em relação aos morros, citando o elevado número de mortes
324 ocorridas no último inverno e questiona como será a implantação do plano nos
325 morros, já que pelas apresentações expostas anteriormente ficou evidente que as
326 áreas planas e valorizadas já estão muito bem incorporadas, no entanto não se sabe
327 qual será a abordagem das famílias que estão na beira do Capibaribe para viabilizar
328 não apenas uma cidade com a questão da drenagem mais enfrentada, mas também
329 a questão social que se tem nos morros e alagados solucionada. Citou casos de
330 famílias cujo valor do aluguel social de 300 reais torna impossível a sobrevivência e o
331 valor de desapropriação que está sendo montado é muito abaixo do que as mesmas
332 necessitam para comprar suas casas nas próprias áreas que ocupavam. **Antônio**
333 **Valdo (EMLURB)** respondeu dizendo que essa foi uma preocupação que norteou
334 todo o estudo do Plano Diretor, e quando se tratou das margens dos rios com os
335 parques lineares ficou bem clara a previsão de um cadastramento dessas unidades.
336 Informou que foi feito um pré-cadastramento de todas as ocupações. Expressou que
337 o parque é linear pelo nome, mas têm muitas reentrâncias e vai gerar o menor
338 número possível de remoção de moradias e vai nortear todo um planejamento
339 urbano, evitando que famílias fiquem “às margens do abandono”. Em um
340 levantamento preliminar, afirmou que se chegou à conclusão de que o plano não
341 entende apenas de investimento financeiro, sendo muito mais social do que de
342 engenharia, uma vez que envolve essa relocação de pessoas às margens dos rios.
343 No entanto, pontua que não há solução para a cidade onde exista uma calha de rio
344 “estrangulada”, com pessoas morando dentro dessa calha e não há solução de
345 remanejamento disso. Cita que no plano está denominado, no volume de soluções
346 chamado de unidade de paisagem onde está escrito todo o levantamento cadastral,
347 os vazios que podem ser gerados e relocados, acrescentando que isso não ocorrerá
348 de uma hora para outra e ainda que o plano não está condicionando em nenhum
349 momento que se deve intervir numa ordem sequenciada. Dessa forma, defendeu que
350 onde a atuação ocorrer, os efeitos serão definitivos e as melhorias serão sentidas de
351 imediato, tanto à montante quanto à jusante, e nessa unidade estará solucionada a
352 questão. Refletiu que tudo o que foi colocado depende de recursos, e acredita-se que

11



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

353 estes serão alocados a médio e longo prazo, e se espera que daqui a 500 anos esse
354 plano já esteja equacionado. A professora indica que esperará os demais se
355 pronunciarem e gostaria de tomar a palavra novamente. O **Professor Maurício Pina**
356 **(Poder Público)** pediu a palavra, participando de forma remota. Agradeceu ao
357 secretário e saúda a todos. Parabenizou a Prefeitura do Recife e a participação de
358 todos que ajudaram a construir o plano. Afirmou que a cidade é pródiga em planos,
359 citando que Recife foi a primeira cidade das Américas a ter um plano urbanístico em
360 1917, havendo hoje muitos outros, observando que muitas vezes o que falta é a
361 execução do que foi planejado. Questionou qual foi o horizonte considerado para
362 esse plano, afirmando que escutou em algum momento que o tempo de recorrência
363 adotado nos estudos hidrológicos foi de 25 anos. Falou que gostaria de saber se toda
364 a informação está disponível para que todos tenham acesso, porque tem interesse
365 em ler dois aspectos que acha muito importantes: Primeiro, a abordagem dos eventos
366 extremos quanto às mudanças climáticas que ocorrem no planeta frente à
367 vulnerabilidade que se tem na cidade, e também a questão da educação da
368 população quanto a essa questão da drenagem urbana, porque a engenharia
369 encaminha a solução para os problemas, mas se não houver conscientização e
370 participação ativa da população para que se consiga realmente alcançar as metas
371 estabelecidas, o esforço todo terá sido em vão. Em seguida, o professor Ronald se
372 pronunciou em relação à abordagem feita pelo professor Maurício Pina. Explicitou
373 que o plano foi executado pela empresa ABF, do grupo da Acoplan, empresa antiga
374 que tem mais de 60 anos que trabalha com o setor de saneamento. Julga que foi uma
375 ação importante para o Recife, inclusive porque se tem encarado os novos arranjos
376 em relação à drenagem que está conjugada com as mudanças climáticas, assim o
377 plano se afastou da visão higienista que foi inaugurada no Brasil no início do século
378 XX pelo sanitarista Saturnino de Brito, onde a visão era afastar a água. Agora, explica
379 que foi incorporada uma visão mais ambientalista, que é a de convivência, de
380 controle da água. A partir daí pondera que tem uma série de mecanismos e
381 procedimentos contidos no plano e na legislação que nos leva a ter esses resultados.
382 Falou que o professor Maurício pode naturalmente perguntar, já que está ali junto
383 com Antônio Valdo, mas sabe que todo o trabalho está disponível na EMLURB, um
384 trabalho extenso que já está no site do CONCIDADE. Citou vários documentos



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

385 disponíveis, afirmando que todos foram contemplados. Acrescentou que o professor
386 Maurício, que se interessa por várias dessas discussões, pode encontrar um livro que
387 é um subproduto do que foi feito no plano de drenagem, lançado pela CEPE,
388 disponível na coleção de e-book "Recife 500 anos". Neste, explica que existem
389 diversos capítulos onde projetistas, professores e pesquisadores se debruçaram em
390 cada capítulo tratando especificamente de um tema, em relação à drenagem e em
391 particular a drenagem da Cidade do Recife, que possui uma particularidade por ser
392 uma cidade implantada dentro de um estuário. Quanto a questão de tempo de
393 recorrência, comenta que foi necessário adotar o que estava na legislação do
394 Ministério das Cidades, um tempo de 25 anos para fazer as simulações. Pontuou a
395 existência de um mapa muito importante, com a tecnologia de geoprocessamento
396 onde, com programas que não existiam no passado, foi possível simular a chuva e
397 observar as consequências dentro da cidade, evidenciando quais foram as faixas e
398 as regiões em que a precipitação causaria alagamentos. Encerra sua resposta. Foi
399 lembrado que o plano está disponível no site conselhodacidade.recife.pe.gov.br. **A**
400 **Professora Danielle Rocha (UFPE)** pediu a palavra novamente e esclarece que sua
401 preocupação é se o plano tem recursos previstos para relocação. Salaria que o fato
402 do paradigma ter mudado é muito benéfica e digna de parabenização, mas a
403 preocupação é que o plano deve estar muito bem relacionado à política de habitação,
404 ao Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS e a uma política de
405 habilitação que leve em consideração todas as premissas já estabelecidas em lei pelo
406 PREZEIS. Reflete que foi visualizado na implementação do projeto "Capibaribe
407 Melhor" a relocação de famílias da ZEIS Torre que foram alojadas no Casarão do
408 Barbalho, famílias que estão em outras áreas de esgotamento, oriundas de diversas
409 ZEIS e assentamentos precários, colocados todos em um conjunto sem nenhuma
410 relação anterior de socialização. Discorre sobre o conflito com a ZEIS Caranguejo
411 Tabaiaras, que não aceitou ser relocada para fora dos limites do entorno da sua
412 própria área ZEIS. Frisa a necessidade de uma mudança de paradigma também na
413 política habitacional da Prefeitura, comentando que não adianta construir conjuntos
414 habitacionais longe dos locais onde a infraestrutura de serviços e a empregabilidade
415 das pessoas são muito diferentes e sim pensar em deixar terrenos no entorno dessas
416 áreas. Citou o Coque, Coelho e demais áreas que estão na margem do Capibaribe,



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

417 justificando a necessidade da construção de um plano também para as áreas pobres,
418 pontuando que eles devem ser acessíveis para essas áreas. Repetiu que o valor do
419 aluguel social é muito baixo, e quando as famílias são relocadas, isso é feito de forma
420 compulsória. Comentou que o fato do apartamento ser padrão faz com que não
421 aborde todas as famílias, além do valor da desapropriação não permitir que se
422 adquira casas nos locais de origem, e tudo isso vem sendo discutido ao longo do
423 processo do Plano Diretor e de outros produtos como foi o PLHIS. Frisou que é
424 essencial uma interligação desses planos para que as soluções de drenagem na
425 cidade não favoreçam apenas as áreas ricas da cidade. Encerra sua exposição e
426 agradece. **João José (MLPC)** perguntou através de registro escrito no chat como
427 está a ação de construção de moradias na cidade pela Secretaria de Habitação do
428 Recife. O presidente solicitou ao **Secretário Hermes Costa Neto**, presente de forma
429 remota, que contribuísse com esse questionamento. Assim, respondeu que existe
430 uma recomendação pela Lei Municipal sobre a necessidade de fazer uma revisão do
431 PLHIS, e existe uma intenção de que isso aconteça o mais breve possível, e acredita
432 que nas próximas reuniões isso será colocado em pauta. Em relação à política
433 habitacional, esclarece que recentemente foi concretizada uma mudança no Governo
434 Federal que permitiu que as prioridades nas políticas públicas acontecessem. Entre
435 elas, a prioridade em relação a habitação. Diz que desde o início do ano tem sido
436 acompanhadas as ações executadas pelo Governo Federal para que seja possível,
437 junto com outras secretarias da prefeitura, apresentar o projeto "Minha Casa, Minha
438 Vida". Nesse momento, afirmou que está sendo feita a identificação de terrenos que
439 podem ser oferecidos por meio de doação ao Fundo de Arrendamento Residencial,
440 para construção de habitacionais para a faixa 1 do programa supracitado. Comenta
441 que tem havido diálogo com os movimentos sociais, citando algumas reuniões que já
442 foram realizadas com entidades que tem condições e possibilidade de se habilitar
443 para o Minha Casa, Minha Vida entidades, e tem ocorrido essa discussão para que
444 de forma conjunta se possa orbitar no que posteriormente será aberto, nos
445 empreendimentos de habitação por meio desse programa. Prosseguiu indicando que
446 existe um trabalho de compreensão junto com os atores da construção civil de quais
447 as dificuldades sentidas do ponto de vista de construção do programa "Minha casa,
448 minha vida" para linha de mercado, que seria para atendimento das faixas 2 e 3 e



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

449 agora também a faixa 1 na Cidade do Recife. Através dessas reuniões já foram
450 identificados alguns pontos com a Prefeitura, e nessa linha têm sido elaborado um
451 programa para que se possa atender esse mercado. Acrescenta que há um trabalho
452 sendo desenvolvido por meio de uma locação social, e está se encaminhando um
453 novo modelo de projeto para avançar nesse sentido, tanto do ponto de vista da
454 participação do empregado, que é um PPP, quanto por meio de um diálogo direto
455 com incorporadoras que tiverem interesse de entrar junto nesse movimento, que
456 destacou como uma ação muito importante para superar o déficit de habitação na
457 cidade. Além disso, existe um trabalho de levantamento que é um grupo de imóveis e
458 terrenos com foco naqueles que estão no centro da cidade (Recife Antigo, São José e
459 Santo Antônio), para sejam identificados aqueles que tenham a possibilidade de
460 sofrer Retrofit e serem utilizados como habitacionais. Também, por meio de uma
461 parceria junto com o Governo Federal para a pauta do Retrofit está sendo publicada
462 em breve um novo programa que é o “Minha Casa, Minha Vida Retrofit”, com foco
463 exatamente nos imóveis sem uso e desocupados nos centros urbanos históricos e
464 que Recife faz parte das 4 cidades estratégicas escolhidas pelo Governo Federal
465 para que se possa trabalhar esse conceito. Coloca ainda que, dentro do que se
466 expõe no PLHIS pela política municipal de habitação, está sendo finalizado um
467 sistema de informação que é o HABITA, que tem como objetivo centralizar as
468 informações tanto de cadastros de imóveis interinos para habitação como também de
469 beneficiários e pessoas que hoje ocupam as áreas de habitacionais que foram
470 construídos por meio de recurso público na cidade, salientando que em breve será
471 feito esse trabalho de divulgação. Nesse trabalho de levantamento de imóveis,
472 comentou que existe a preocupação de identificar quais territórios deveriam ter
473 prioridade para alocação desses recursos para construção de novos habitacionais.
474 Expôs que existe um trabalho técnico e social de identificar as comunidades do
475 entorno desses terrenos e evitar assentamentos precários, para que se possa colocar
476 dentro do que foi discutido e posto na política municipal, indenização e relocação
477 dessas famílias para os habitacionais priorizando o território das proximidades desse
478 novo empreendimento, assim como vem sendo feito no Encanta Moça e Sérgio
479 Loreto, que são habitacionais que provavelmente estarão sendo entregues no
480 segundo semestre de 2023, cita. Comenta os esforços empenhados na construção



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

481 do escritório do ATIs, entendido como importante para a política municipal de
482 educação. Finalizou sua contribuição agradecendo e dizendo que tem muita coisa
483 sendo feita e acredita que com essa mudança no Governo Federal, será
484 proporcionado um ganho maior na construção de conjuntos habitacionais para a
485 população. A conselheira **Débora Feijó (SEINFRA)**, expressou desejo em fazer
486 algumas colocações. Cumprimentou a todos e complementou a resposta de Hermes
487 em relação ao ProMorar, um programa que tem com ações em mais de 11
488 comunidades de interesse social, fazendo escutas participativas. Informou que a
489 primeira intervenção vai ser atendendo a bacia do rio Tejiipió seguindo o plano de
490 saneamento, afirmando que as 11 comunidades vem sendo ouvidas e a ideia não é
491 simplesmente fazer a relocação, mas sim ouvir as famílias e identificar uma solução
492 de reassentamento que se aplique a cada uma. Colocou esse fato como uma das
493 condições do financiamento do próprio BID. Acrescentou quanto ao financiamento
494 que virá, que serão construídas mais de 3000 unidades de residências, buscando
495 desocupar ou melhorar a bacia do rio Tejiipió. O presidente faz a junção de duas
496 perguntas, uma feita online pelo conselheiro **João José (MLPC/PE)**, que com as
497 construções dos planos expressa preocupação com a população das ZEIS que estão
498 nessas margens e outra questão é como se deu o envolvimento da defesa civil nesse
499 contexto, além do envolvimento só PREZEIS nessa construção. A outra pergunta
500 exposta, feita pela conselheira **Maria Lúcia da Silva (MNLN/PE)**, questiona onde as
501 zonas de interesse social entram nas áreas de morro e beira de rios. O orador
502 observou que essa questão colocada já foi contextualizada por Antônio Valdo, mas
503 solicita que este se expresse se assim desejar. Assim, **Antônio Valdo (EMLURB)**
504 explicou que é preciso que se tenha a compreensão de que o plano em momento
505 nenhum intervém sem apresentar solução social, observando que os projetos do
506 planejamento como ProMorar, habitacionais ou qualquer política de saneamento vai
507 estar casada com a questão da drenagem, e se assim não o for, não há solução para
508 a cidade. Pontuou que não se trata apenas de remover pessoas para lá ou cá, mas
509 sim de dar dignidade, resolver não só a questão ambiental como social. Explicou que
510 se trata de um trabalho grande, comentando que o Plano Diretor foi avaliado em 2014
511 numa necessidade de investimento dos parques lineares que daria o equivalente a
512 1.100.000 e 650 milhões desse investimento seria só com moradias, para que se



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

513 tenha uma ideia do quanto a questão está bem colocada, cadastrada e estudada com
514 equipes multidisciplinares. Considerando que não existe projeto pronto para essas
515 intervenções, demarcou que existem diretrizes, traçados, cadastramentos e
516 levantamentos onde será feito o levantamento pontual para cada, fazendo o que for
517 possível dentro dos limites dos recursos disponíveis. Frisou que o plano não é de
518 uma secretaria isolada, mas da Prefeitura e justificou a preocupação de que quando
519 se fala em drenagem urbana como centralizado de planejamento é porque se não
520 houver essa centralidade, não funciona. Pontuou que não há solução de ZEIS ou
521 áreas periféricas na Cidade do Recife sem remanejamento porque não existe
522 capacidade de habitabilidade, justificando que de acordo com o plano é preciso ter
523 urbanização, e que o mesmo traça recortes onde uma grande concentração de
524 famílias impactaria num número bastante exagerado, mexendo e transferindo um
525 vazio, criando um estrangulamento da calha e carregando à montante ou à jusante,
526 amortecendo-o. Citou o caso onde várias áreas de praças podem ter soluções de
527 engenharia sem a perda do elemento de lazer, trazendo a contribuição da
528 amenização dos impactos da chuva. Perguntou quando foi que a habitação popular
529 que se construiu com testes de amortização ou com a obrigatoriedade de áreas de
530 impermeabilização, demonstrando avanços obtidos com a obrigatoriedade destes
531 itens de acordo com o plano atual. Encerrou sua fala reafirmando sua preocupação e
532 compromisso com as questões levantadas. Complementando as respostas anteriores
533 aos questionamentos, o representante do Instituto Pelópidas lembrou que foi
534 colocado como um dos eixos principais do Plano Diretor a redução das
535 desigualdades socioespaciais, que permeiam todas as ações do plano, dando
536 melhores condições de moradia para a população e isso está expresso nos demais
537 planos que o próprio Plano Diretor prevê como complementares a ele, a exemplo das
538 políticas de meio ambiente, de saneamento, de habitação, os instrumentos
539 urbanísticos que são desenvolvidos e também o plano de drenagem que segue essa
540 proposta, de retirar as pessoas de condições de risco e colocá-las em condições
541 melhor localizadas. Concluiu com a observação de que tudo está costurado no Plano
542 Diretor e cada peça irá se encaixando numa cidade melhor, tendo a contribuição do
543 plano de drenagem nisso com um programa já estruturado que é o ProMorar, com
544 recurso e com essa visão de requalificação de moradia, com resiliência, redução da



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

545 vulnerabilidade, e se espera com isso construir um Recife cada vez mais capaz de
546 enfrentar suas desigualdades e esses fenômenos climáticos que algumas vezes
547 causam essas tragédias para que não se repitam. A conselheira **Elka Porciúncula**
548 **(SINDUSCON/PE)**, colocou que essas discussões do plano de saneamento e hoje
549 com drenagem vem sendo discutido há muito tempo, observando que esse
550 diagnóstico foi feito em 2017 e hoje estão trabalhando com uma parte de drenagem
551 com um diagnóstico já um pouco antigo. Discorreu sobre outras situações vistas em
552 vários canais da região metropolitana onde há um grande assoreamento nessas
553 áreas que estão captando as águas. Assim os parques, as áreas que servirão de
554 escoamento para essas águas de grande fluxo, necessitam rever o sistema de
555 drenagem que está deteriorado e incompatível com a atual situação. **Antônio Valdo**
556 enfatizou que a EMLURB tem uma programação sistematizada todos os anos, porém
557 se tem a impressão de que a drenagem escoar para um buraco onde toda água que
558 vai é absorvida e não há problema, o que não é verdade. Continuou informando que
559 o Plano Diretor, a Sinduscon e as incorporadoras têm colaborado de forma muito
560 significativa, pois todos os empreendimentos estão obedecendo à legislação,
561 reafirmando que os novos empreendimentos não impactarão o sistema existente,
562 citando posteriormente exemplos como a Avenida Agamenon Magalhães que possui
563 um canal comunicante com o Capibaribe e o Beberibe, que mesmo com as
564 comportas, e não dão conta. Pontuou que a política de desassoreamento dos canais
565 se dá em boa parte pela ocupação das encostas que gera um grande carreamento de
566 material. Citou estudos que indicam que o rio Capibaribe, por si só, sedimenta em
567 média 8 cm a cada 10 anos e ainda há influência de marés. Comentou que quando
568 forem implantados os parques, boa parte das galerias terão sua funcionalidade com
569 pequenos reparos e intervenções. Concluiu que o Plano Diretor não resolverá todos
570 os problemas, pois ainda há um longo caminho a ser percorrido através de uma
571 metodologia de intervenção apropriada, planejada, organizada e com recursos
572 garantidos na medida que for sendo iniciada cada intervenção. Afirmou que fez
573 questão, enquanto coordenador da EMLURB, para que os parques lineares fossem
574 subdivididos na bacia em segmentos onde pudessem ser feitas intervenções sem
575 risco de descontinuidade à montante ou à jusante, o que é fundamental. Indicou que
576 a política da EMLURB é de retirar um volume enorme de resíduos dos canais, fato



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

577 que se repete todos os anos pelas características de carreamento de uma ocupação
578 desordenada que se deu com o descobrimento da mata ciliar das encostas, muitas
579 vezes os muros de arrimo e as impermeabilizações geram uma velocidade muito
580 maior de carreamento dos materiais que ali estão, e todos estes são problemas
581 complexos que não se resolvem simplesmente com uma assinatura ou o início de
582 uma obra, mas é um processo responsável a ser construído gradativamente.
583 Demonstra contentamento em, na corrente reunião, estar encerrando um ciclo e de
584 tornar regulamentado o Plano Diretor da cidade, diferentemente de todas as
585 tentativas do passado. Discorreu sobre o início de seu trabalho na EMLURB, quando
586 se falava no canal da Rua Lins Petit, na Ilha do leite, perguntando se alguém viu o
587 canal, que existia e desapareceu, frisando que se trata de uma área suscetível a
588 alagamentos e hoje há de se encontrar soluções de engenharia. Comenta que os
589 empreendimentos da Rio Ave são exemplos porque canalizam até as águas de
590 gotejamento dos sistemas de refrigeração para o tanque de amortização e
591 reaproveitam a água, refletindo que eles não fariam isso sem ter retorno e admitindo
592 a necessidade de haver um investimento inicial. Reafirma que o desafio é grande e
593 que necessita da colaboração de todos. **Pedro Oliveira**, engenheiro da EMLURB
594 complementou a colocação de Antônio Valdo acrescentando que o Plano Diretor
595 proporcionou a EMLURB o cadastramento de 99 canais, e anteriormente se
596 trabalhava com 76, em termos de seções batimétricas e locação topográfica, além
597 dos principais rios da cidade, com ênfase na bacia do rio Tejipió. Esclareceu que
598 anualmente a EMLURB faz um planejamento, e antes das chuvas de abril e maio é
599 realizada a limpeza de todos esses corpos d'água, com retirada e pequenas
600 dragagens nesses canais. Reafirmou a importância da sedimentação anteriormente 
601 colocada por Antônio Valdo, explicando que é a função da maré, então não adianta
602 cavar demais o canal se esse material será devolvido para a calha do canal. Colocou
603 que pelo motivo exposto nem sempre o investimento em dragagem surte o efeito que
604 se espera, além do volume de lixo e sedimento retirado dos canais até meados de
605 maio, quando está acabando a programação de macro ser enorme, concluindo que é
606 difícil investir na macro em período de chuvas. A conselheira **Cristinalva Lemos**
607 **(CENDHEC)**, se colocou observando que os questionamentos colocados pela
608 professora Danielle não foram respondidas, e que por atuar diretamente com as



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

609 populações ribeirinhas que sobrevivem da pesca artesanal, e embora o plano seja
610 muito bom e necessário para a cidade e para as cheias que se vem enfrentando, não
611 leva em consideração essas questões. Aponta como única solução proposta a
612 construção de habitacionais, mas se sabe que isso não dá conta e não leva em
613 consideração a história dessas pessoas nos territórios. Comentou que foi apontada a
614 questão do ProMorar no Pina, e é sabido que serão retiradas em torno de 900
615 pessoas, no entanto, o habitacional comporta 600 pessoas e as demais que serão
616 indenizadas não estão sendo levadas em consideração quanto ao do tempo de posse
617 que elas exercem no terreno, valorando muito abaixo do mercado pelas construções
618 que são feitas. Pontuou que o que se espera é um plano que contribua para a
619 questão das mudanças climáticas que está posta, lidando com elas para que outras
620 famílias não venham a morrer e também levando em consideração as pessoas que
621 estão em situação de vulnerabilidade, que são pessoas pobres, pretas, e querem sim
622 sobreviver nessa cidade, com garantia de dignidade dentro daquilo que elas tem
623 como sustento. Frisa que gostaria que o plano apresentasse alternativas feitas junto a
624 essas pessoas que estão nas margens diretamente afetadas. **Antônio Valdo** colocou
625 novamente a necessidade de compreender que o território do Recife, com sua
626 formação e a quantidade de canais que possui, como território efetivamente ideal
627 para ocupação de forma sustentável só se abrigaria na cidade do Recife uma
628 população de 500 mil habitantes, e que ela tem 3 vezes esse valor. Como resultado,
629 há uma grande dificuldade de equacionar essa questão, e o plano de drenagem por si
630 só não dá essa solução. Salientou que o plano garante que nenhuma intervenção se
631 dá sem o tratamento social. Falou que não há mágica para resolver o alagamento da
632 cidade deixando a calha do rio ocupada. Afirmou que as águas dos rios de todos os
633 canais escoam para o mar, que sofre diariamente com as marés e isso por si só
634 geram um refluxo das águas. Foi exposto que, dentro da simulação feita assim como
635 na prática foi possível observar que todos os poços da cidade que tem curso d'água
636 tem influência de maré. Reafirma não ser simples resolver isso e diz com certeza que
637 há uma preocupação sim, mas o planos não tem essa resposta porque ele por si só
638 não teria como apresentá-la, essa resposta envolve o planejamento da cidade para o
639 qual está se comprometendo. Falou que é por esse motivo que o plano está mapeado
640 e será equacionado trecho a trecho como está definido neste, e aquela unidade que



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

641 for selecionada será tratada de forma integral. Complementando a resposta de
642 **Antônio Valdo**, outro técnico que se identificou no momento da fala acrescentou que
643 quando a equipe que é toda do Recife foi desenvolver o plano de drenagem, teve
644 grande preocupação com a questão social, como já foi bastante enfatizado.
645 Comentou que foram encontradas literaturas dentro dessa visão mais moderna, a
646 exemplo da Alemanha, que promove uma renaturalização dos cursos d'água, que
647 implica em vultosos investimentos que não se tem perspectiva de conseguir aqui, e
648 de outro lado implicava em retirar uma quantidade imensa de população da cidade,
649 para trazer para o Recife uma situação que ela teve em seus primórdios. Comentou
650 que quem é da área de drenagem entende que um rio tem na verdade 3 calhas, a
651 pequena calha que a gente passa todos os dias de sol, uma calha maior que é aquela
652 quando as precipitações aumentam, que é aquela que vai alagar um espaço maior, e
653 há a grande calha, que é aquela em que o rio se espraia em chuvas como a que se
654 teve a um ano atrás, semelhante ao que ocorreu em 1975, quando toda a grande
655 calha do Capibaribe ficou inundada, sendo essa grande calha a planície do Recife.
656 Então se trabalhou no sentido de que não ficassem ocupações onde era impossível
657 aquela habitação permanecer e a gente garantir que, quando chovesse, elas não
658 fossem atingidas. Concluiu dizendo que serão essas as habitações removidas, e que
659 na medida do possível se vai tentar colocar próximo onde aquela pessoa reside, por
660 todos os problemas que já se sabe. No tocante ao PREZEIS, a lei diz que se tem
661 uma comunidade integrante dessas áreas na margem do rio vai ficar naquela área de
662 perímetro aquilo que seja passível de urbanização, que é aquele que não vai ser
663 atingido e sofrer em qualquer chuva. Pontuou que não se pode fazer tudo isso de
664 forma imediata, explicando que a medida que se for agindo em cada parte do rio, vão
665 sendo dadas soluções às diversas comunidades instaladas naquele local, e o tipo de
666 solução é aquela que Antônio Valdo tem insistido, será aquela que garanta que a
667 pessoa não vá ficar debaixo d'água num momento de precipitação maior, é isso que
668 se quer e que se acredita que todos querem. Comentou como se sensibiliza enquanto
669 pessoa humana as preocupações com a situação que as famílias ficam em virtude
670 das chuvas, citando o exemplo das últimas semanas. Afirmou que o plano apresenta
671 o que está se planejando a longo prazo para resolver determinados problemas, mas
672 se deve agir com gradualismo, cujo primeiro degrau seria aprová-lo no corrente



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

673 momento e num segundo momento, partir para as implementações. Advertiu que
674 muitas coisas importantes não foram ditas, como que o plano contemplou projeto de
675 dragagens de rios, que custa muito dinheiro mas se está tentando buscar com o
676 Ministério do Meio Ambiente, outras coisas como habitação, já exemplificado com o
677 ProMorar, os exemplos em relação ao que será feito na bacia do rio Tejiipió que hoje
678 é o que mais preocupa, e assim sucessivamente. Implementando essas ações a
679 médio e longo prazo para que se tenha restaurado a coleção falada da visão do
680 futuro, quando o Recife ser a primeira cidade do Brasil a completar 500 anos, se
681 tenha uma outra situação, também se preparando para as mudanças que se
682 observam. A conselheira **Simone Osias (Poder Público)**, pede a palavra para
683 complementar algumas informações a respeito do ProMorar, reforçando que a linha
684 de condução de elaboração desses projetos leva em consideração todos os
685 condicionantes técnicos, que são compatibilizados com os anseios das comunidades,
686 e que nenhum deles é feito sem antes ouvi-las. Afirmou que essa escuta tem
687 devolutiva, discussão e quando uma demanda não é passível de ser atendida os
688 técnicos vão justificar o porquê, mas nenhum projeto saiu sem essa devida escuta.
689 **Maria Reinaldo, da Caixa Econômica Federal**, se pronunciou dizendo que a Caixa
690 apoia o desenvolvimento urbano na Cidade do Recife tanto como mandatária da
691 União em termos de repasse de recursos quanto emprestando recursos em termos
692 de financiamento, dizendo que tem com a prefeitura cerca de 1 bilhão e meio de
693 recursos em desenvolvimento urbano. Frisa que o plano setorial, seja qual for, além
694 de ser um importante instrumento de planejamento também é um instrumento que
695 filtra recursos. Com isso, pontua que ter um plano de drenagem aprovado faz com
696 que, à luz do novo marco legal de saneamento, a partir de finais de 2024 o Recife
697 possa continuar recebendo recursos nesse quesito. Pergunta como a prefeitura
698 concatena os vários planos setoriais, em relação a escopo e prazos, citando o plano
699 local de habitação de interesse social homologado no final de 2022, o plano de
700 saneamento de 2017, o de drenagem que precisa ser especificado à luz de um plano
701 de saneamento que pegue essa especificidade para drenagem e para resíduos
702 sólidos. Expõe como uma expectativa sua, enquanto arquiteta e urbanista, reforçando
703 a colocação exposta anteriormente pela professora Danielle Rocha de que quando se
704 vê um mapa paradigmático dos reservatórios e a iluminação desses pontos está em



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

705 Boa Viagem, no eixo que se vê às margens do Capibaribe, para as áreas mais ricas
706 da cidade. Afirma que quando Ronald Vasconcelos coloca que estão naquele
707 momento propondo uma mudança de paradigma, ela acredita que exista um mapa
708 que traduz essa mudança de paradigma, porque quando vê a Saturnino de Brito se
709 tem um imagem, mas a mudança de paradigma vai além desta, talvez haja um mapa
710 que vai abranger toda essa mudança e não sabe se seria possível para cada um
711 desses planos sobrepor essas informações para mostrar como eles se casam com as
712 outras situações, concordando com Antônio Valdo no aspecto de que o plano não
713 dará resposta para tudo, mas não pode deixar de estar casado com todos os outros
714 planos. O Conselheiro **Degenildo Trajano (PREZEIS)** perguntou ao Secretário de
715 Habitação o que foi executado do PLHIS que foi aprovado anteriormente, antes que
716 ele passe por um processo de revisão. Sobre o reassentamento das pessoas que vão
717 para os habitacionais, pergunta qual a faixa destinada para essas famílias que não
718 podem pagar nada, frisando que muitas dessas famílias não possuem sequer
719 condições de alimentação. Falou para Antônio Valdo que quando se expõe na teoria
720 sobre o projeto apresentado, no aspecto de que tudo será conversado e debatido, na
721 prática as coisas são diferentes, principalmente nas ZEIS. Chama a atenção do
722 secretário Carlos Muniz, dizendo que o PREZEIS sempre foi parceiro da prefeitura,
723 mas atualmente estão revoltados com alguns setores da Prefeitura que não tem
724 respeitado a Lei do PREZEIS, e que sobre isso começarão a agir, embora
725 queiram evitar o embate. Afirmou que desde o ano passado tentam levar para o
726 fórum do PREZEIS a apresentação do ProMorar, e mesmo mandando ofícios, até
727 agora isso não foi feito. Finaliza dizendo que houveram muitos ganhos com o Plano
728 Diretor, e que a sociedade civil colaborou muito para sua construção, mas para sua
729 surpresa quando o plano foi publicado eles "levaram uma rasteira" em vários
730 aspectos. Exemplificou sua colocação com a indicação de vários terrenos vazios para
731 ser lembrados para as áreas ZEIS, exatamente para garantir as habitações de
732 interesse social, e quando foi publicado se depararam com o fato de que apenas a
733 ZEIS do Coque teve todos os terrenos aproveitados, enquanto as demais, nenhuma o
734 foram. Frisou esse fato como uma grande perda para a ZEIS porque quando chega
735 um programa de grande porte como o ProMorar, que vai atingir mais de 40 áreas no
736 Recife, vai existir dificuldade de reassentamento na própria ZEIS ou do entorno

Flávio
F. Muniz
23
Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Flávio' and 'F. Muniz'.



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

737 porque os terrenos estão sendo ocupados com as grandes empresas construindo
738 outros empreendimentos e encerrou suas colocações. O presidente passou a palavra
739 para o professor **Ronald Vasconcelos**. O mesmo esclareceu que a maioria dos
740 planos são feitos no sentido de atender as demandas locais e também a legislação,
741 sem o que o município não pode deixar de solicitar recursos das fontes que existem.
742 Então, ao continuar sempre há algum descompasso, às vezes de tempo, às vezes de
743 proposições, quando os planos são feitos por determinados setores, a habitação, o
744 saneamento, etc. Assim, pensando num novo paradigma de cidade que surgirá em
745 todo o mundo, a ONU vem preconizando isso e a se vêm estudando e estando
746 atentos a essa questão, começaram com a intervenção do Parque Capibaribe porque
747 ela era estruturadora, e agora será feito algo semelhante, a negociação está sendo
748 fechada entre a Universidade e o Governo Municipal dentro de uma estratégica
749 justamente para visar a fazer o que Maria Reinaldo (CAIXA) se referiu, ter uma
750 estratégia global que envolva os maiores problemas que se tem na Cidade do Recife,
751 a exemplo da visão da mobilidade, da habitação de interesse social, a visão da
752 drenagem, do saneamento, etc. Afirmou que os problemas citados são os maiores
753 problemas que se tem nas cidades brasileiras e em particular na Cidade do Recife.
754 Destaca que pela primeira vez irá ser deflagrada uma ação nessa direção. Comentou
755 que os convênios entre a prefeitura e a universidade ainda estão sendo fechados,
756 mas irão reunir uma grande equipe multidisciplinar. Acrescentou que o apoio para a
757 concretização do exposto será o que já existe e as proposições que irão nascer
758 desse estudo e os prognósticos. Informou estar sendo chamado de "Plano Recife
759 Cidade-parque", e com isso estão se arvorando a dar um grande passo no Recife, e
760 acredita que isso será paradigma para as demais cidades no Brasil. Comparou o
761 passo que está sendo dado com essa consolidação com o que foi feito no início do
762 século XX, onde o Brasil mudou porque o *modus* econômico e político se modificou.
763 Para a frente, falou que será buscado algo nessa direção. Foi solicitado que fosse
764 incluída a temática pertinente o encaminhamento na câmara temática de habitação, e
765 foi colocada em votação a minuta do decreto sobre o plano municipal de drenagem e
766 manejo de águas pluviais do Recife. Após as falas, o Presidente Carlos Muniz (Poder
767 Público) colocou a proposta do Decreto que dispõe sobre o Plano Municipal de
768 Drenagem e Águas Pluviais do Recife para votação dos conselheiros presentes de



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

769 forma presencial e online. Após o término, foram totalizados 26 votos a favor da
770 aprovação. Sendo aprovado por unanimidade. Durante a votação foram feitos alguns
771 registros. Emília Avelino (Poder Público) parabenizou toda a equipe que se envolveu
772 nos estudos e a Câmara Técnica. José Fernandes (Poder Público) agradeceu a todos
773 que colaboraram no processo, especialmente Tarciana Medeiros (Sec. Ex.
774 Concidade). Simone Osias (SESAN) parabenizou a qualidade do documento que foi
775 produzido, bem como a importância e necessidade que a cidade tem dessa
776 aprovação. Cristinalva Quintino (CENDHEC) solicitou que levasse em consideração
777 todas as questões relativas à população. Daniel Valença (AMECICLO) reafirmou a
778 importância do atendimento aos pontos levantados durante a discussão relativas à
779 população e solicitou um momento de fala após a votação. Danielle Rocha (UFPE)
780 solicitou uma apresentação do ProMorar pelo ConCidades para o PREZEIS. O
781 Presidente Carlos Muniz (Poder Público) parabeniza a todos(as) que contribuíram
782 para esse marco. O terceiro ponto de pauta, que era a apresentação da minuta da
783 resolução sobre o pedido de vistas no âmbito do Conselho, devido ao adiantar da
784 hora foi sugerido que as contribuições fossem feitas até a próxima reunião. Sobre os
785 encaminhamentos, foi sugerido pelo conselheiro Degenildo Trajano (PREZEIS) que a
786 coordenação da Câmara Técnica de Habitação faça parte da próxima reunião. Daniel
787 Valença (AMECICLO) solicitou a palavra para reforçar alguns pedidos feitos
788 anteriormente, na antiga gestão do Concidade. Solicitou de forma urgente a
789 convocação de uma nova Conferência para renovar os quadros, uma vez que o
790 Conselho se encontra notadamente esvaziado, principalmente dos movimentos
791 sociais. Agradeceu por ter conseguido reativar a Câmara Técnica de Mobilidade que
792 estava a 4 anos sem reunião, pedindo a continuidade desses trabalhos. Pontuou que
793 o Plano de Mobilidade também foi aprovado por unanimidade no Conselho das
794 Cidades, mas quando foi enviado para a Câmara dos Vereadores a promotoria do
795 município mudou completamente as regras e das demandas colocadas, com prejuízo
796 aos prazos e outras demandas da sociedade civil. Maria Lúcia (MNLN) comentou que
797 representa o MNLN, mas que é secretária da Federação do Jordão e numa reunião
798 realizada com a diretoria no dia anterior, foi solicitado que passasse a informação de
799 que no dia 1 de julho a Federação Ibura Jordão vai promover um Seminário de
800 Habitação para saber como foi discutido o ProMorar. Falou ao novo secretário que

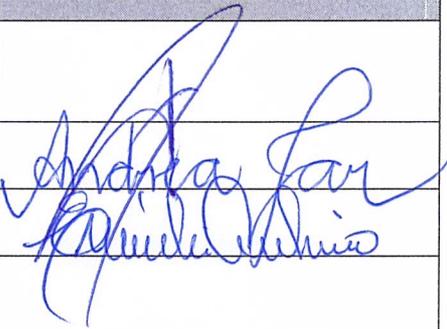
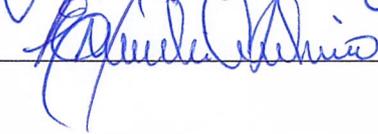
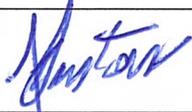
25



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

houve um conflito na gestão passada entre o Conselho das Cidades e o Conselho de
802 Desenvolvimento Urbano, por esse motivo muitos movimentos sociais decidiram se
803 afastar, observando que isso foi uma grande perda. Finalizando a reunião, o
804 **presidente Carlos Muniz (Poder Público)** pede aos(as) conselheiros(as) que
805 sempre verifiquem o site do Conselho das Cidades, acompanhando as atas e o que
806 foi minutado, pois isso contribui enormemente com as discussões e poupa bastante
807 tempo. Agradeceu pela contribuição de todos(as) e encerrou a reunião.

NOME/INSTITUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	ASSINATURA
Carlos Muniz (Poder Público – Titular/Presidente)	Presencial	
Andrea Jar (Poder Público - Suplente)	Presencial	
Emília Avelino (Poder Público - Titular)	Presencial	
Jéssica da Cunha (Poder Público - Suplente)	Presencial	
Arnaldo de Santana Júnior (Poder Público - Titular)	Online	
Ubirajara Ferreira (Poder Público - Suplente)	Presencial	
José Fernandes (Poder Público – Titular)	Presencial	
Maria da Glória Brandão (Poder Público - Suplente)	Presencial	
Larissa Menezes (Poder Público - Titular)	Presencial	
Antônio Henrique de Oliveira (Poder	Online	



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

Público - Titular)		
Mirella Falcão (Poder Público - Suplente)	Online	
Ermes Ferreira (Poder Público - Titular)	Online	
Felipe Curi (Poder Público - Suplente)	Online	<i>Felipe Curi</i>
Débora Feijó (Poder Público – Suplente)		
Luis Henrique Veiga (Poder Público - Titular)	Online	
Ana Cláudia Mota (Poder Público – Suplente)	Presencial	<i>Ana Cláudia Mota</i>
Jefferson Rodrigues Maciel (Poder Público – Suplente)	Online	<i>JRM</i>
Simone Silva Osias (Poder Público – Suplente)	Online	
Bruna Boeckmann de Andrade (Poder Público – Suplente)	Online	
Camila Alves de Barros (Poder Público – Suplente)	Online	
Gelisa Couto Bosi (Poder Público – Suplente)	Presencial	<i>G</i>
Maurício Pina (Poder Público – Titular)	Online	
Maria Lúcia da Silva (MNLM - Titular)	Presencial	



Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife

Dia 31 de maio de 2023

Flávio Pedro da Silva (Vila Chico Mendes)	Presencial	<i>Flávio Pedro da Silva</i>
Degenildo Trajano (PREZEIS - Titular)	Presencial	<i>Degenildo Trajano</i>
João José da Silva (MLPC - Titular)	Online	<i>João José da Silva</i>
Michell Platini (APEC - Suplente)	Online	
Sandro Guedes (ADEMI/PE – Suplente)	Presencial	
Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE – Suplente)	Presencial	
Cristinalva Lemos (CENDHEC - Titular)	Online	
Daniel Valença (AMECICLO – Titular)	Online	
Augusto Ferrer (IAB/PE) - Titular	Online	
Sandra Pires (OAB/PE - Titular)	Presencial	
Danielle Rocha (UFPE - Titular)	Online	
Breno Lobo (ABES - Suplente)	Online	

808

Q